



MUDANÇAS NAS FAMÍLIAS DOS JOVENS E TENDÊNCIAS DA MOBILIDADE SOCIAL DE BRANCOS E NEGROS NO BRASIL

<http://dx.doi.org/10.25091/s01013300202000020002>

CARLOS ANTONIO COSTA RIBEIRO*

RESUMO

O artigo apresenta tendências da mobilidade ocupacional intergeracional de homens, mulheres, brancos e negros no Brasil usando dados de 1996 e 2014. As evidências indicam que mudanças nas famílias de origem — a crescente participação das mães no mercado de trabalho — estão estreitamente ligadas à diminuição da desigualdade racial nas chances de mobilidade intergeracional de filhas e filhos adultos.

PALAVRAS-CHAVE: *mobilidade ocupacional; persistência intergeracional; desigualdades raciais; gênero; estratificação social*

Changes in Youth's Families and Trends in the Social Mobility of Whites and Blacks in Brazil

ABSTRACT

The article presents trends in the intergenerational occupational mobility of men, women, whites and blacks in Brazil using data from 1996 and 2014. Evidences suggest that changes in families of origin — the increasing participation of mothers in the labor market — are closely related to the reduction of racial inequality in the chances of intergenerational mobility of adult daughters and sons.

KEYWORDS: *occupational mobility, intergenerational persistence, racial inequalities, gender, social stratification*

[*] Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: carloscr@iesp.uerj.br

INTRODUÇÃO

A mobilidade intergeracional é definida pela associação entre o status socioeconômico dos pais e dos filhos e filhas adultos. Uma associação forte indica que o bem-estar econômico dos filhos é determinado pelas condições de sua família de origem. No Brasil, a influência das condições de origem tende a ser distinta nas chances de mobilidade de homens, mulheres, brancos e negros.¹ Argumentamos que, para entender melhor as tendências de mobilidade ocupacional, precisamos levar em conta mudanças na atividade econômica das mães das pessoas em estudo. Ao longo do tempo, uma proporção cada vez maior de mães passou a ter ocupação no mercado de trabalho, o que levou a uma mudança na família de origem dos brasileiros — muitas

[1] Neste artigo, usamos o termo “negro” para nos referirmos à soma das pessoas autotranscritas como pardas e pretas nas pesquisas, simplesmente por não haver diferença estatisticamente significativa entre ambas nas análises empíricas.

delas passaram a contar cada vez mais com a contribuição financeira das mães. Essas transformações estão ligadas à diminuição da desigualdade racial nas chances de mobilidade de filhas e filhos adultos, na medida em que a família de origem de brancos e negros mudou em ritmos diferentes ao longo do tempo.

Esse argumento é defendido neste trabalho com base em dados de 11 coortes de idade nascidas entre 1932 e 1989 e observadas em 1996 e 2014. Enquanto os estudos anteriores sobre mobilidade usaram informações apenas sobre os pais (Silva, 1999; Torche, 2014; Ribeiro; Carvalhaes, 2020; Breen; Jonsson, 2005; Ishida, 2008), as análises que apresentamos aqui baseiam-se em informações sobre o status ocupacional dos pais e das mães. Em outros países, os poucos estudos fundamentados em informações sobre a ocupação das mães levaram a novas interpretações sobre mobilidade (Beller, 2009; Hout, 2018; Kalmijn, 1994; Korupp; Ganzeboom; Van der Lippe, 2002). No caso brasileiro, essa abordagem permite descrever melhor as tendências da desigualdade racial na transmissão intergeracional de status ocupacional. Já sabemos que há desigualdade racial no Brasil em termos de renda e educação (Hasenbalg, 1979; Hasenbalg; Silva, 1999; Hasenbalg; Silva; Lima 1999; Hasenbalg; Silva, 1988; Henriques, 2001), e também nas chances de mobilidade social (Silva, 1999; Hasenbalg; Silva, 1999; Ribeiro, 2006; 2017; Osório, 2009), mas ainda não foram investigadas tendências históricas da mobilidade de brancos e negros. Não sabemos se as desigualdades de oportunidades entre brancos e negros estão inalteradas, diminuindo ou aumentando. Alguns estudos indicam que houve redução das desigualdades raciais nas oportunidades educacionais (Marteleto; Marschner; Carvalhaes, 2016), portanto faz sentido imaginar que, em termos de mobilidade, as desigualdades de oportunidades também tenham diminuído. As evidências apresentadas neste artigo indicam que a desigualdade racial se reduziu dependendo das características da família de origem. Tal conclusão emerge da investigação das diferenças nas tendências da mobilidade ocupacional que estão relacionadas às ocupações de homens e mulheres no mercado de trabalho. No Brasil, a participação de mulheres no mercado de trabalho vem crescendo constantemente (Itaborá, 2017), e no que diz respeito à mobilidade esse aumento é observado tanto na geração de filhos e filhas como na geração de pais e mães. De fato, entre as pessoas mais velhas há um percentual menor de mulheres no mercado de trabalho tanto na geração das mães quanto na das filhas.

Dessa forma, no estudo da mobilidade intergeracional devem ser destacados aspectos relacionados à crescente participação feminina na geração das filhas e na das mães. No que diz respeito à geração das filhas, é preciso ter cuidado ao comparar as tendências da

mobilidade de mulheres (filhas) e homens (filhos). Enquanto o número de homens no mercado de trabalho é relativamente constante, o de mulheres continua a aumentar. Tendo em vista que as análises apresentadas dizem respeito apenas a homens e mulheres no mercado de trabalho, é importante saber que, dependendo da idade dos indivíduos, trata-se de dois grupos distintos. Em outras palavras, há seletividade na participação feminina no mercado de trabalho, na medida em que entre as mulheres mais velhas eram as mais pobres que tinham ocupação, ao passo que, entre as mais jovens, tanto ricos como pobres passam a ter atividade no mercado de trabalho (Rios-Neto; Wajman, 1994; Sorj; Fontes; Machado, 2007). Além disso, as mulheres tendem a concentrar-se em ocupações diferentes das dos homens (Leão; Silveira, 2020). Em outros termos, diferenças nos padrões de mobilidade entre homens e mulheres dizem respeito a mudanças e características específicas da participação masculina e feminina no mercado de trabalho.

Quanto à geração das mães, o aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem consequências importantes para as taxas de mobilidade social dos filhos. Ao longo do tempo, há cada vez mais indivíduos crescendo em famílias nas quais apenas a mãe tinha ocupação ou nas quais o pai e a mãe tinham ocupação. Assim, a família tradicional (em que só o pai trabalhava) deixou de ser predominante. Entre os brancos, o aumento do percentual de indivíduos que cresceram em famílias nas quais pais e mães trabalhavam ocorre para indivíduos mais novos — nascidos a partir de 1970 —, enquanto para os negros essa tendência começou já entre os nascidos a partir de 1950. Para entender as tendências na persistência intergeracional para brancos e negros, é preciso levar em conta as tendências de mudança na estrutura da família de origem.

Para quantificar a importância das origens socioeconômicas nas chances de ascensão social, cientistas sociais estudam a mobilidade social usando modelos estatísticos que medem o grau de associação entre as condições socioeconômicas na geração dos pais e na dos filhos. Se houver associação forte, podemos dizer que as condições tendem a reproduzir-se: ricos permanecem ricos e pobres permanecem pobres entre as gerações. Contudo, se não houver associação, dizemos que não existe a persistência intergeracional (é zero), ou seja, as condições socioeconômicas na vida adulta seriam estatisticamente independentes das condições socioeconômicas da família de origem. Para saber o grau de persistência intergeracional, é importante ter uma boa medida das condições socioeconômicas na geração dos pais e dos filhos.

Estudos sociológicos costumam usar a associação entre algum tipo de classificação das ocupações de pais e de filhos para mensurar

a persistência intergeracional. Duas estratégias são normalmente adotadas. A primeira utiliza informações sobre ocupações de pais e filhos para construir categorias de grupos ocupacionais relativamente grandes, que costumam ser denominados de classes sociais (Erickson; Goldthorpe, 1993; Ribeiro, 2007) ou, quando em maior número, de microclasses (Jonsson *et al.*, 2009; Prates, 2018). Com base no cruzamento dos grupos ocupacionais de pais e filhos, são calculadas diversas taxas de mobilidade e são usados modelos log-lineares para medir a persistência intergeracional — que, no caso da mobilidade de classe, é chamada de fluidez social. A segunda alternativa é empregar algum índice socioeconômico que hierarquize todas as ocupações em uma escala contínua, de acordo com os níveis típicos de renda, educação e/ou prestígio. A associação estatística entre os índices para as ocupações de pais e de filhos é usada para mensurar a persistência intergeracional.² Neste artigo, adota-se esta segunda estratégia.

No Brasil há vários estudos sobre mobilidade social que se baseiam em classes sociais (Ribeiro, 2012; Torche; Ribeiro, 2010; Ribeiro, 2017) e em índices socioeconômicos das ocupações (Haller, 1991; Neves; Fernandes; Helal, 2007; Xavier; Neves, 2012). Todos observaram que há uma tendência histórica de diminuição da persistência intergeracional de classe ou de status socioeconômico das ocupações, por um lado, e que o Brasil apresenta níveis altos de persistência intergeracional quando comparado a outros países (Ribeiro, 2007; Solís; Boado, 2016; Ishida, 2008), por outro lado. Uma limitação desses estudos é definir as condições socioeconômicas de origem com base na ocupação do pai dos indivíduos. Em parte, essa limitação se deve ao fato de a maioria das pesquisas sobre mobilidade social do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) ter se limitado a obter informações sobre o pai, e nunca sobre a mãe dos respondentes. Tendo em vista o constante aumento da participação feminina no mercado de trabalho, vários estudos vêm mostrando que as tendências observadas são diferentes quando a ocupação das mães é levada em conta (Hout, 2018; Beller, 2009).

Neste artigo, investigamos mudanças e permanências na persistência intergeracional de homens, mulheres, brancos e negros usando um índice de status socioeconômico das ocupações de pais, mães, filhos e filhas. Para tanto, são analisados os dados da Pesquisa sobre Padrões de Vida (PPV) de 1996 e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (Pnad) de 2014. Ambas incluíram perguntas sobre a ocupação dos pais e das mães dos respondentes quando eles eram jovens — informações que são fundamentais para definir de modo correto as mudanças na família de origem na época da juventude.

[2] Uma alternativa aos índices baseados nas ocupações de pais e filhos é usar a renda nas duas gerações, embora haja limitações porque a renda dos pais deve ser imputada a partir da ocupação dos pais (Dunn, 2001; Ferreira; Veloso, 2006; Pero; Szerman; 2008).

Em estudos de mobilidade social, a definição das características socioeconômicas da família de origem sempre foi um desafio (Duncan, 1966). Enquanto sociólogos tendem a usar ocupações para mensurar o status ocupacional dos pais, economistas tendem a empregar a renda dos pais (para revisão dessa literatura, ver Torche, 2015a). Tanto a renda como a ocupação podem ser consideradas de maneiras diferentes. As ocupações podem ser agregadas em grupos de classe (Erickson; Goldthorpe, 1993) ou classificadas em hierarquias de status ocupacional com base em educação, renda e/ou prestígio de cada ocupação (Treiman, 1977). A renda pode ser a do trabalho, a familiar, a de todas as fontes, ou até mesmo a “permanente”, que seria a renda média de uma vida inteira — algo muito difícil de ser mensurado (Jantti; Jenkins, 2013; Torche, 2015a). Também é possível definir as condições socioeconômicas da família de origem adotando outras características (Blanden, 2011; Chetty *et al.*, 2020; Torche, 2015b). Embora todas essas formas sejam válidas, ao escolher uma delas o pesquisador se compromete com uma abordagem distinta.

No Brasil temos excelentes bancos de dados para estudar mobilidade social. Desde a Pnad de 1973, o IBGE coletou diversas outras pesquisas incluindo perguntas retrospectivas sobre ocupação e educação dos pais dos respondentes. Assim, os estudos sobre mobilidade social no Brasil devem necessariamente usar a ocupação e/ou a educação para definir a origem socioeconômica. Tendo em vista que a renda e o bem-estar estão muito relacionados à atividade no mercado de trabalho, as ocupações dos indivíduos são uma boa medida das condições socioeconômicas da família atual e de origem. Há vários estudos que analisam a ocupação dos pais para definir classes sociais de origem no Brasil (Ribeiro; Carvalhaes, 2020). A maioria emprega o esquema criado por Erickson e Goldthorpe (1993). Outra alternativa é adotar algum esquema de hierarquização do status socioeconômico das ocupações.

Optei por esta última abordagem, o que implica desenvolver análises sobre mobilidade social que se aproximem da tradição dos estudos de *status attainment*. Inicialmente os sociólogos afirmavam que as ocupações teriam prestígios sociais distintos e que, portanto, uma escala de prestígio poderia ser obtida com a hierarquização das ocupações (Treiman, 1977). No entanto, Duncan (1961) mostrou que as escalas de prestígio podiam ser interpretadas como escalas de status socioeconômico das ocupações porque a escolaridade determina em grande parte o acesso às diferentes ocupações, que por sua vez estão fortemente associadas à renda do trabalho. Usando regressões lineares

por mínimos quadrados, Blau e Duncan (1967) analisaram as características da mobilidade ocupacional nos Estados Unidos. Quanto mais forte a associação entre essas variáveis, maior seria a “persistência intergeracional”. Em contrapartida, na literatura sobre mobilidade de classe, a associação entre classe de origem e de destino é chamada de “fluidez social”: quanto mais associados forem a origem e o destino, menor a “fluidez social”. Economistas empregam o termo *elasticidade* para descrever a associação entre o logaritmo da renda de pais e de filhos. Persistência intergeracional, fluidez social e elasticidade são termos equivalentes — embora não sejam iguais —, mas se referem a formas diferentes de mensurar as condições socioeconômicas. Tendo em vista que adoto escalas de status ocupacional, uso a expressão *persistência intergeracional*.

Embora as ocupações não tenham uma métrica intrínseca como a renda tem, diversas pesquisas confirmaram que as pessoas comuns as ordenam de maneira consistente (Treiman, 1977; Hout; DiPetri, 2006). Quando os sociólogos pedem que as pessoas ordenem um conjunto de ocupações de acordo com o “status social” ou a “qualidade”, ou até mesmo quando não oferecem um critério para o ordenamento, as respostas obtidas são bastante consistentes. Treiman (1977) juntou 85 estudos desse tipo, de 60 países diferentes, para formar uma escala comum das ocupações e em seguida correlacionou cada escala separadamente com a escala comum — a correlação média foi de 0,91 (o máximo é 1). A renda e as credenciais educacionais das pessoas em determinada ocupação são atributos essenciais dessa ocupação, além de serem preditores de escalas ocupacionais, como as desenvolvidas por Duncan (1966) e Treiman (1977). Gazeboom, De Graaf e Treiman (1992) usaram a renda e as credenciais educacionais associadas às ocupações — em diversos países — para elaborar um índice internacional de status socioeconômico delas, denominado International Socio-Economic Index (Isei). É esse Isei que uso para classificar as ocupações de pais, mães, filhos e filhas. A cada ocupação foi atribuído um valor entre 16 e 90, conforme o nível educacional e a renda média dela. Por exemplo: trabalhadores manuais sem qualificação e pequenos produtores rurais tem Isei baixo (respectivamente, 16 e 18), enquanto juízes federais e dentistas têm Isei alto (respectivamente, 90 e 86). Alguns autores argumentam que o Isei talvez seja melhor do que os rendimentos do trabalho — que são muito voláteis ao longo do ciclo de vida — como uma medida da renda permanente e das condições socioeconômicas dos indivíduos (Hauser; Warren, 1997). Quanto maior o Isei, mais rica será a pessoa, e quanto menor, mais pobre.

Neste artigo, uso o Isei para definir o status socioeconômico; portanto, minhas análises dizem respeito à persistência intergeracional em termos do status ocupacional de pais, mães, filhos e filhas. Tendo

em vista que tradicionalmente foram os homens que se dedicaram ao mercado de trabalho, a maioria dos estudos sobre mobilidade fundamenta-se na ocupação dos pais, e não das mães, para definir a origem socioeconômica. Contudo, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho, diversos autores começaram a criticar essa abordagem. Será que, além da ocupação dos pais, seria relevante usar a ocupação das mães para definir as características socioeconômicas das famílias de origem? De fato, trabalhos como os de Beller (2009) e de Hout (2018) argumentam que, com a crescente participação feminina no mercado de trabalho, avaliar apenas as informações do pai para mensurar as condições socioeconômicas da família de origem poderia ser extremamente limitador e enganoso. Não só várias famílias dependem apenas do trabalho das mães, como também em famílias em que pai e mãe têm ocupação as condições socioeconômicas tendem a ser melhores. Nesse sentido, seguir apenas com a informação sobre a ocupação do pai pode levar, inclusive, a resultados errôneos sobre as características da mobilidade social.

Estudos anteriores sobre o Brasil basearam-se somente na ocupação do pai (Silva, 1999; Ribeiro; Carvalhaes, 2020). Em contraste, neste artigo, são consideradas informações sobre a ocupação do pai e da mãe para definir a origem social. Há de fato uma associação positiva significativa entre o status ocupacional das mães e o status ocupacional dos filhos e filhas adultas. Mas o status ocupacional da mãe pode ou não se combinar ao do pai, conforme o tipo de família de origem. Com os dados disponíveis, defini três tipos:

- (i) famílias em que apenas o pai tinha ocupação no mercado de trabalho;
- (ii) famílias com duas fontes de renda, em que o pai e a mãe tinham ocupação no mercado de trabalho;
- (iii) famílias em que apenas a mãe tinha ocupação.

O primeiro tipo é o mais tradicional, tendo em vista que a divisão de trabalho em sociedades patriarcais caracteriza-se pelo fato de apenas os homens se dedicarem ao mercado de trabalho, enquanto as mulheres se dedicariam só ao trabalho doméstico (Aguiar, 2000). Esse tipo de família de origem é mais comum entre as pessoas mais velhas, ou seja, era mais comum no passado. Por sua vez, o segundo tipo de família, em que pais e mães têm ocupação no mercado de trabalho, passa a ser cada vez mais comum entre as pessoas mais jovens, uma vez que a participação das mães no mercado de trabalho vem crescendo constantemente, pelo menos desde a metade do século XX. Esse segundo tipo de família, no entanto, tem duas características que devem ser destacadas. Por um lado, são famílias que

contam com duas fontes de renda e têm, portanto, melhor condição socioeconômica. Por outro lado, a atividade das mães no mercado de trabalho tende a ser mais necessária no orçamento doméstico de famílias mais pobres, o que implica dizer que, décadas atrás, entre as famílias mais pobres já era comum que pais e mães trabalhassem. Finalmente, o terceiro tipo de família, na qual apenas a mãe tem ocupação, também se modificou ao longo dos anos. Embora a existência de famílias que contem só com a renda das mães também tenha sido sempre mais comum entre os mais pobres, desde a década de 1970 houve um aumento significativo dos divórcios (Berquó, 1998); o que implica dizer que, entre os mais jovens, há um maior número que cresceu em famílias que contam exclusivamente com a renda da mãe. A diminuição das que contam apenas com a renda do pai e o aumento das famílias que contam com a renda da mãe e do pai ou apenas com a renda da mãe é um fenômeno comum em diversas sociedades contemporâneas (Blossfeld; Buchholz, 2009).

Estudos feitos em outros países indicam que esses três tipos de família têm efeitos nas chances de mobilidade social à medida que o status ocupacional da mãe passa a ter cada vez mais influência (Beller, 2009; Hout, 2018). No caso brasileiro, há consequências ainda mais interessantes: uma vez que as mudanças na família de origem se dão em ritmos diferentes entre indivíduos brancos e negros (Figura 1), podemos levantar a hipótese de que o crescimento da participação das mães no mercado de trabalho teve efeitos distintos para brancos e negros. Em outras palavras, a participação das mães no mercado de trabalho trouxe mudanças que influenciam as tendências de mobilidade, que, em geral, são distintas entre brancos e negros. De fato, a literatura feminista já identificou que mulheres negras de classes mais baixas frequentemente são vítimas de tripla desvantagem, por sofrerem as consequências do machismo e do racismo, além das desvantagens de classe (Soares, 2000) — tripla desvantagem que às vezes é denominada de interseccionalidade de raça, gênero e classe (Ragin; Fiss, 2017). Em termos dos estudos de mobilidade social, podemos argumentar que essa tripla interseccionalidade na família de origem influencia as chances de mobilidade de filhos e filhas adultas.

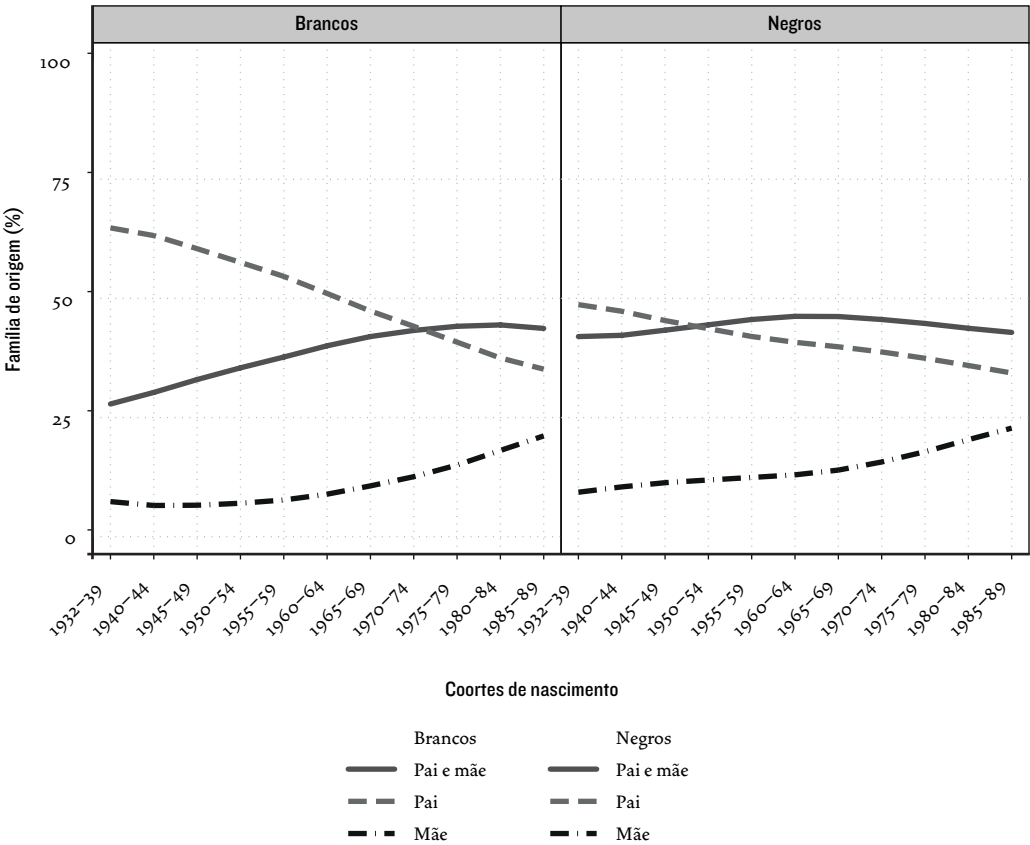
A Figura 1 mostra a evolução dos três tipos de família de origem para brancos e negros nascidos entre 1932 e 1989. O gráfico expressa claramente que as famílias tradicionais deixam de ser predominantes entre os indivíduos mais jovens, enquanto as famílias de origem em que pai e mãe trabalham e em que apenas a mãe trabalha tendem a se tornar mais comuns entre as pessoas mais jovens. Para os negros, a família de origem que conta com o trabalho de pai e mãe começa a ser predominante para indivíduos nascidos a partir de 1950-54, ao passo que para brancos essa tendência só ocorre entre os indivíduos

nascidos a partir de 1975-79. Quanto à expansão das famílias de origem que contam só com o trabalho das mães, não foram observadas diferenças raciais, na medida em que o aumento desse tipo de família de origem ocorre simultaneamente para brancos e negros nascidos a partir de 1970-74. A diferença no ritmo de mudança nas famílias de origem provavelmente ocorre porque, entre os negros, elas eram mais pobres e já necessitavam da renda das mães há mais tempo do que entre os brancos. A principal hipótese deste artigo é que essas diferenças nas mudanças na família de origem têm consequências importantes para a desigualdade racial, em termos de persistência intergeracional.

DADOS E MÉTODOS

Este trabalho se baseia em dados da PPV de 1996 (Nordeste e Sudeste) e da Pnad de 2014 — ambas amostras probabilísticas da população, coletadas pelo IBGE. Em cada domicílio, perguntas

FIGURA I
Tipo de família de origem por coorte de idade e raça: homens e mulheres, 25-64 anos em 1996 e 2014



Fonte: Cálculos do autor com base na PPV 1996 e na Pnad 2014.

retrospectivas sobre a ocupação de pais e mães dos moradores foram feitas às pessoas de referência e aos cônjuges em 1996, enquanto em 2014 foram selecionados aleatoriamente indivíduos com 16 anos ou mais, em cada domicílio, para responder. Tendo em vista essas diferenças, selecionei só as pessoas de referência e cônjuges, bem como a Pnad de 2014 das regiões Nordeste e Sudeste. Além disso, restringi a amostra aos respondentes entre 25 e 64 anos que se autodeclararam brancos, pardos ou pretos. No fim, temos uma amostra com 3.546 homens em 1996 e 6.694 em 2014, e 3.989 mulheres em 1996 e 7.471 em 2014.³

Todas as análises estimam a associação estatística entre o Isei de pais e mães e o Isei de filhas e filhos. Para analisar as mudanças ao longo do tempo, combinaram-se os dados da PPV e da Pnad para construir 11 coortes de idade de indivíduos nascidos entre 1932 e 1989. Em estudos demográficos, as mudanças ao longo das coortes de nascimento são usadas para estudar mudanças históricas nas chances de mobilidade. Para verificar se há desigualdades raciais, uso a variável raça com duas categorias — brancos e negros (pardos mais pretos) —, como é usual em diversos estudos.

Como filhos e filhas podem ter crescido em diferentes tipos de família, classifico as famílias de origem em três tipos. Tendo em vista que neste artigo estou me valendo de apresentações gráficas das análises, combinei o Isei do pai e da mãe para obter uma escala única, somando o índice dos pais multiplicado por 0,6 ao índice das mães multiplicado por 0,4 para obter um Isei conjunto. Para as famílias de origem em que apenas o pai ou a mãe tinham ocupação, adoto os respectivos Iseis.

O método usual para estimar a persistência intergeracional no status socioeconômico das ocupações (Isei) é a regressão linear por mínimos quadrados, que estima a média condicional do Isei de filhos e filhas em função do Isei de pais e mães. No entanto, as regressões por mínimos quadrados são muito sensíveis a casos fora da curva (*outliers*), motivo pelo qual uso regressões quantílicas da mediana — que é outra medida de tendência central como a média. Essas regressões são mais robustas a casos atípicos (*outliers*), portanto fornecem estimadores mais confiáveis. Hout (2018) mostrou que em geral esse método revela que a persistência intergeracional é mais forte do que a estimada pelo método dos mínimos quadrados. Quanto mais próximo de zero for o coeficiente da regressão quantílica, menor será a persistência intergeracional, e quanto mais positivo for, maior será essa persistência.

Embora estime modelos multivariados, uso gráficos ou diagramas de dispersão cruzando o Isei de pais e mães com o de filhos e filhas com diferentes restrições em termos das outras variáveis incluídas nos modelos. Ou seja, esses gráficos são obtidos com base nos modelos multivariados para algumas combinações de interesse, como a associação do Isei do pai e/ou da mãe com o Isei do filho ou da filha para brancos e

[3] Foi considerado o peso de expansão fornecido pelo IBGE dividido pelo tamanho da amostra.

[4] Detalhes dos modelos especificados podem ser obtidos com o autor.

negros, para pessoas com diferentes tipos de família de origem e para pessoas em diferentes coortes de idade. O objetivo desses gráficos é simplificar o entendimento de padrões e tendências do grau de persistência intergeracional para indivíduos com diferentes características em termos de gênero, família de origem, raça e coorte de nascimento.⁴

PERSISTÊNCIA INTERGERACIONAL: COMBINANDO PAI E MÃE

Como foi mencionado, há famílias de origem em que pais e mães tinham ocupação quando os filhos eram adolescentes, e outras em que só os pais estavam no mercado de trabalho, bem como outras em que só a mãe tinha ocupação. Os percentuais de homens e mulheres com origem em cada um desses tipos de família varia muito de acordo com a idade dos indivíduos (Figura 1). Por exemplo, entre as pessoas mais velhas — que nasceram até 1950 e tinham entre 46 e 64 anos em 1996 —, mais de 50% viveram em famílias tradicionais, nas quais só o pai tinha ocupação (quando a pessoa tinha 15 anos); enquanto 35% ou menos viveram em famílias em que pai e mãe tinham ocupação. Em contraste, entre os indivíduos mais jovens — que nasceram a partir de 1975 e tinham entre 25 e 36 anos em 2014 —, os percentuais se invertem na medida em que mais de 45% têm origem em famílias nas quais pai e mãe tinham ocupação no mercado de trabalho e menos de 35% em famílias tradicionais, nas quais somente o pai tinha ocupação. O percentual de famílias de origem nas quais apenas as mães trabalhavam permanece em torno de 10% para as pessoas que nasceram entre 1932 e 1970, mas para quem nasceu nas décadas seguintes (1970 e 1980) há um aumento nesse percentual, chegando a 23% para os nascidos em 1989. É importante ter em mente que há diferentes tipos de famílias nas quais só a mãe tinha ocupação. Embora a grande maioria passe dificuldades por depender exclusivamente do trabalho das mães — que, por causa da desigualdade de gênero tendem a ter renda menor do que os pais —, outras podem estar em situações distintas, com menos dificuldades financeiras (Covre-Sussai *et al.*, 2015; Laplante; Vieira; Barnabé, 2019). As famílias de origem que contam com recursos de pai e mãe ocupados no mercado de trabalho também enfrentam situações distintas. Enquanto algumas são mais pobres e precisam contar com a renda da ocupação dos pais e também das mães, outras são mais ricas, nas quais o trabalho da mãe se dá por mudanças de valores, favorecendo o trabalho feminino. Em contraste, as famílias de origem que contam apenas com a renda da ocupação do pai apresentam claramente uma divisão do trabalho mais tradicional, com pais no mercado de trabalho e mães dedicando-se integralmente ao trabalho doméstico. De fato, houve um declínio desse tipo de família

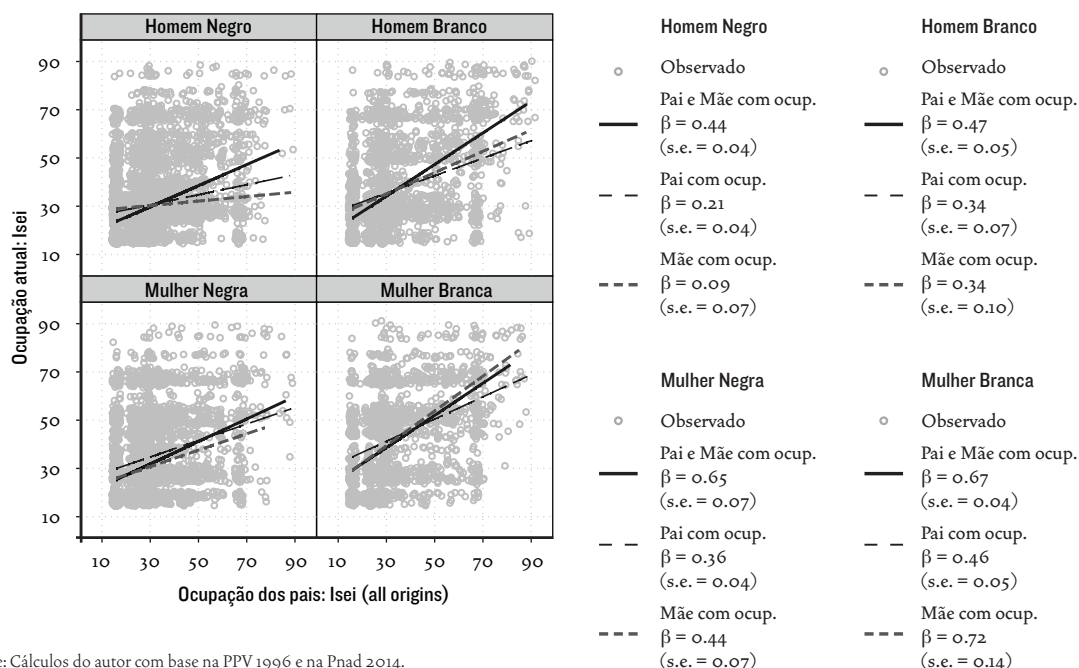
de origem tradicional — declínio que ocorreu antes entre os indivíduos negros do que entre os brancos (Figura 1). Paralelamente, aumentou o percentual de pessoas com família de origem em que a mãe tinha ocupação — seja combinada ou não à do pai. Tendo em vista essas mudanças, para compreendermos melhor as tendências da persistência intergeracional, é importante analisar o efeito combinado do Isei do pai e da mãe, bem como os efeitos dos Iseis de pais e mães em famílias com só um dos pais com status ocupacional.

Os gráficos na Figura 2 indicam que a persistência intergeracional é consistentemente mais forte para homens e mulheres com origem em famílias nas quais o pai e a mãe trabalhavam. Para homens que aos 15 anos viviam em famílias desse tipo, o coeficiente representando a persistência intergeracional alcança o valor de 0,44 para negros e 0,47 para brancos, e para mulheres o valor de 0,65 para negras e 0,67 para brancas. Nas famílias em que apenas o pai tinha ocupação (0,21 para homens negros, 0,34 para homens brancos, 0,36 para mulheres negras e 0,46 para mulheres brancas) e nas famílias em que apenas a mãe estava no mercado de trabalho (0,09 homens negros, 0,34 homens brancos, e 0,44 mulheres negras), a estratificação é menor, com exceção do caso das mulheres brancas (em que a estratificação é maior, 0,72). Embora os estudiosos relacionem o baixo coeficiente (inclinação da reta) com oportunidades iguais, a persistência intergeracional mais baixa nos casos em que há apenas um dos pais presentes (principalmente nos casos em que há só a mãe ocupada) pode significar “insegurança, e não oportunidade” (Bloome, 2014), como no caso dos homens negros que cresceram em família que contava apenas com a ocupação da mãe (0,09). Esses homens negros viviam em famílias extremamente pobres; estavam, portanto, em situação de muita insegurança.

De modo geral, observamos que homens e mulheres com origem no quartil mais baixo tinham mais chances de obter baixos resultados ocupacionais na vida adulta, independentemente de suas origens ocupacionais dependerem só do pai, da mãe ou de ambos. Em contrapartida, homens e mulheres com origem mais alta tinham mais chances de obter ocupações com maior status socioeconômico se tivessem vivido em famílias nas quais pai e mãe tinham ocupação do que em famílias com apenas o pai ou a mãe no mercado de trabalho. Em outras palavras, a persistência intergeracional é bem mais forte quando ambos os pais têm ocupação enquanto os filhos estão crescendo. A ocupação da mãe, quando combinada à do pai, tem forte efeito na transmissão intergeracional. Ou seja, esses resultados indicam que é fundamental levarmos em conta o status ocupacional da mãe para entender os padrões de persistência intergeracional.

FIGURA 2

Status socioeconômico (Isei) da ocupação atual por Isei da ocupação da mãe e/ou do pai, por tipo de família de origem e por raça (branco e negro): homens e mulheres, 25-64 anos em 1996 e 2014



Fonte: Cálculos do autor com base na PPV 1996 e na Pnad 2014.

PERSISTÊNCIA INTERGERACIONAL: MUDANÇAS AO LONGO DO TEMPO

A economia brasileira mudou substancialmente nas últimas décadas. A desigualdade de renda diminuiu, o setor de serviços ampliou-se, o setor informal do mercado de trabalho continuou a contar com grandes proporções de trabalhadores, e o nível educacional da população melhorou (Bethell, 2008). No que diz respeito às desigualdades raciais, também houve mudanças importantes com a ampliação de políticas afirmativas, e principalmente com a maior conscientização sobre o problema do racismo e da discriminação. Muitos pretos e pardos melhoraram de vida (Soares, 2000). No entanto, a mudança de maior vulto foi a crescente expansão da participação feminina no mercado de trabalho (Itaborá, 2017). Nesta seção procuro verificar em que medida essas mudanças influenciaram as tendências no grau de persistência intergeracional experimentado pelos brasileiros nascidos em 11 diferentes coortes de idade, entre 1932 e 1989.

Para responder a essa questão, estimei duas regressões quantílicas da mediana, incluindo mudanças ao longo das coortes de nascimento e dos grupos raciais na associação entre status ocupacional de origem (pais e mães) e status ocupacional de destino (filhos ou filhas). Ao juntar a PPV de 1996 com a Pnad de 2014, obtém-se uma

amostra incluindo 11 coortes de idade de 5 anos — pessoas nascidas entre 1932 e 1989 que tinham entre 25 e 64 anos em 1996 ou 2014. Os modelos foram estimados separadamente para homens e mulheres com origem em cada um dos tipos de família: pai e mãe com ocupação; só pai com ocupação; e só mãe com ocupação. Usando essas coortes de nascimento e especificações, foi possível verificar se houve diminuição na persistência intergeracional ao longo do tempo conforme cada tipo de origem e grupo racial. Usando dados das coortes de idade que nasceram entre 1932 e 1989, estamos estudando pessoas que tinham 20 anos entre as décadas de 1950 e de 2010. Embora seja impossível estabelecer causalidades com base nos dados que analiso, sabemos que se trata de um período de muitas mudanças no que diz respeito às desigualdades de gênero e raça no Brasil (Soares, 2000; Itaboraí, 2017). Assim, as análises a seguir permitem verificar como essas mudanças se expressam em termos de mobilidade intergeracional.

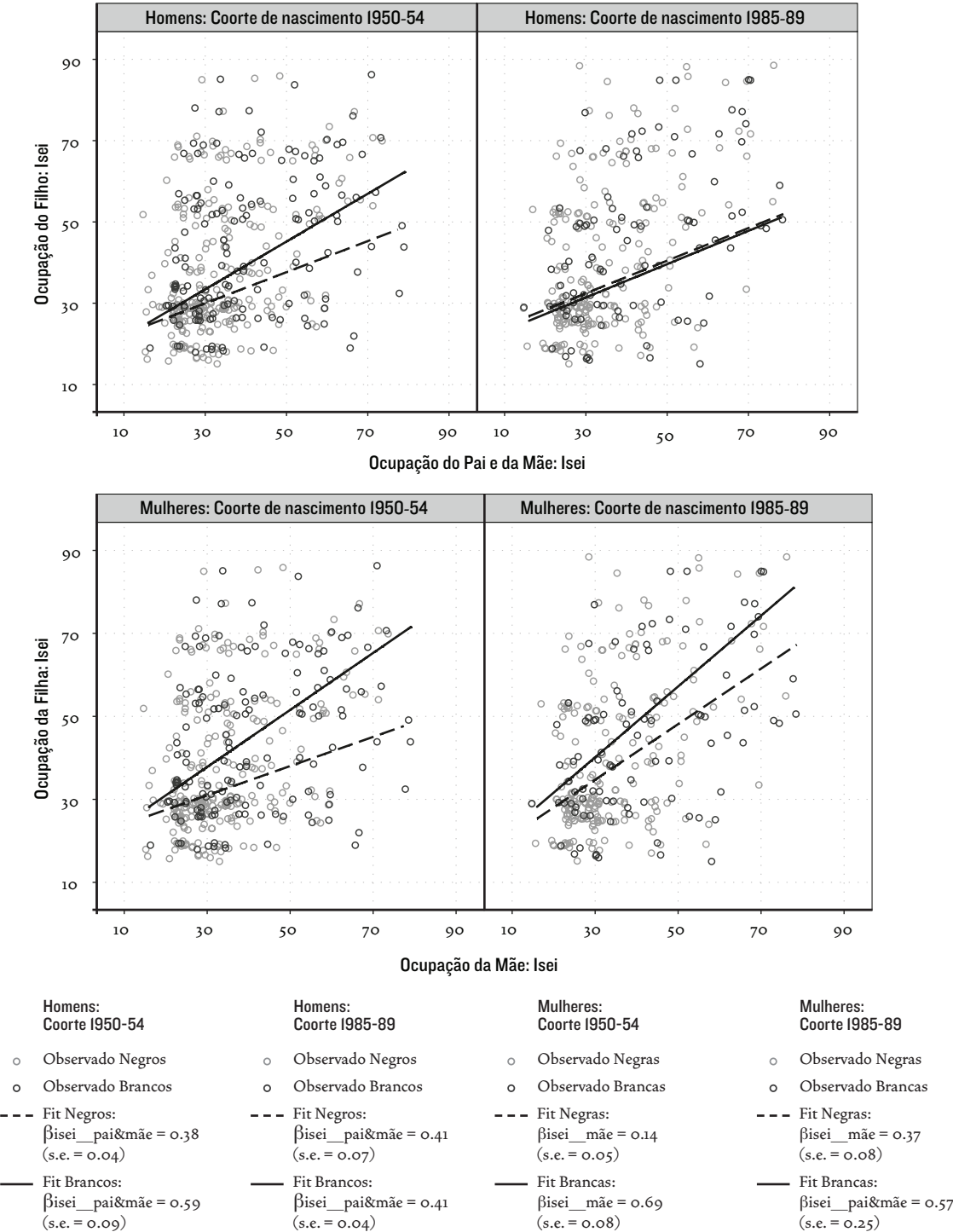
Os resultados indicam que só houve diminuição da desigualdade racial na persistência intergeracional para os homens que cresceram em famílias nas quais pai e mãe tinham ocupação, e para as mulheres que cresceram em famílias nas quais apenas a mãe tinha ocupação. Para homens com origem em famílias nas quais somente um deles tinha ocupação, a desigualdade racial na persistência intergeracional permanece inalterada, ou seja, brancos permanecem tendo as mesmas vantagens em relação a negros, independentemente da coorte de nascimento. Para mulheres que cresceram em famílias nas quais apenas o pai tinha ocupação ou nas quais o pai e a mãe tinham ocupação, não há desigualdade racial nem mudança na persistência intergeracional ao longo das coortes. Esses resultados reforçam tanto a ideia de que o tipo de família de origem tem influência nas chances de mobilidade intergeracional como a de que a ocupação das mães se torna cada vez mais importante para explicar a persistência intergeracional.

Os dois primeiros gráficos da Figura 3 apresentam os dados individuais para homens negros (bolinhas cinza-claras) e brancos (bolinhas cinza-escuras) e as respectivas retas estimadas para a associação entre o Isei combinado de pais e mães e o Isei dos filhos para duas coortes de nascimento — uma de homens mais velhos (nascidos entre 1950 e 1954), à esquerda, e outra de homens mais jovens (nascidos entre 1985 e 1989), à direita. A primeira informação que salta aos olhos é o fato de que na coorte mais velha a associação entre o Isei combinado de pais e mães e o Isei dos filhos brancos (linha sólida) é significativamente mais forte do que a mesma associação para os filhos negros (linha tracejada). De fato, se olharmos os dados individuais, percebemos a tendência de os negros (bolinhas

FIGURA 3

Gráficos no topo: status socioeconômico (Isei) da ocupação atual por Isei da ocupação do pai e da mãe, por raça (branco e negro) e por coorte de nascimento (1950-54 e 1985-89) para homens

Gráficos na base: status socioeconômico (Isei) da ocupação atual por Isei da mãe, por raça (branco e negro) e por coorte de nascimento (1950-54 e 1985-89) para mulheres



Fonte: Cálculos do autor com base na PPV 1996 e na Pnad 2014.

cinza-claras) concentrarem-se nos valores de Isei mais baixos e os brancos (bolinhas cinza-escuras) espalharem-se por Iseis com valores mais altos, tanto no eixo vertical (filhos) como no horizontal (pais e mães). Em contraste, entre os homens mais jovens (nascidos entre 1985 e 1989) não há diferença racial — as linhas sólida e tracejada estão sobrepostas. Isso significa que, para os mais velhos (nascidos entre 1950 e 1954), quanto maior for o Isei dos pais, maior será o Isei dos filhos, e que esse retorno é mais forte para os brancos do que para os negros. Por exemplo: o aumento de um ponto no Isei de origem (pai e mãe) levava ao aumento de 0,38 ponto no Isei dos filhos negros e 0,59 no Isei dos filhos brancos. Entre os mais jovens (nascidos entre 1985 e 1989), os retornos são iguais, independentemente da raça; ou seja, deixou de haver uma desigualdade racial que favorece a transmissão intergeracional dos brancos em relação aos negros. Além disso, observamos uma diminuição do efeito do Isei dos pais no Isei dos filhos, o que sugere que de modo geral a persistência intergeracional reduziu-se ao longo do tempo para os homens que cresceram em famílias nas quais pai e mãe tinham ocupação. Essa tendência se deve ao fato de a persistência intergeracional ter diminuído entre os homens brancos (para os mais velhos era 0,59 e, para os mais novos, 0,41), embora praticamente não tenha se modificado para os homens negros (para os mais velhos era 0,38 e passou a ser 0,41 para os mais novos).

Como vimos na Figura 1, a família de origem dos brancos mais velhos era significativamente diferente da dos negros mais velhos, mas entre os mais jovens os tipos de família passaram a ser mais semelhantes entre os grupos raciais, na medida em que um percentual maior de brancos passou a ter origem em famílias contando com pais e mães ocupados — o que já ocorria entre negros mais velhos. Assim, não há dúvidas de que a convergência entre homens brancos e negros em termos dos tipos de família de origem está relacionada à diminuição da desigualdade racial em termos de persistência intergeracional. Essa diminuição da desigualdade racial é linear ao longo das coortes de nascimento, e desaparece para homens nascidos a partir de 1970. De fato, a maioria dos homens brancos nascidos a partir dessa data passa a ter origem em famílias nas quais pai e mãe estavam ocupados, o que já ocorria para homens negros nascidos a partir de 1950 (ver Figura 1). Em suma, entre os brancos, mudanças na atividade ocupacional da mãe explicam a tendência de diminuição na desigualdade racial da persistência intergeracional entre homens ao longo do tempo.

Os dois gráficos na parte inferior da Figura 3 apresentam os dados individuais (bolinhas) e a persistência intergeracional (linhas) estimada para mulheres brancas (bolinhas cinza-escuras e linhas

sólidas) e negras (bolinhas cinza-claras e linhas tracejadas) que cresceram em famílias em que apenas a mãe tinha ocupação. O gráfico da esquerda apresenta os dados para mulheres mais velhas, enquanto o da direita mostra as informações para as mulheres mais jovens. A persistência intergeracional entre o Isei das mães e o Isei das filhas negras aumentou significativamente (era 0,14 para as mais velhas e passou a ser 0,37 para as mais novas), enquanto a persistência para as mulheres brancas diminuiu entre as duas coortes (era 0,69 para as mais velhas e passou a ser 0,57 para as mais novas). Consequentemente, diminuiu a desigualdade racial em termos da persistência intergeracional de status, embora continue havendo diferença racial entre as mulheres mais jovens. Ou seja, continua havendo desigualdade racial na persistência intergeracional.

As evidências sobre a persistência intergeracional podem ser resumidas da seguinte forma. A persistência intergeracional é substancialmente maior para homens e mulheres que viviam em famílias nas quais pai e mãe tinham ocupação, do que para os que cresciam em famílias com apenas um deles com ocupação. Para mulheres com família de origem em que pai e mãe tinham ocupação, o status ocupacional médio aumenta cerca de 0,65 ponto para as negras e 0,67 ponto para as brancas para 1 ponto de aumento no status conjunto do pai e da mãe. Além do fato de a diferença racial não ser estatisticamente significativa para essas mulheres, esse nível de persistência intergeracional, que é extremamente elevado, não se modificou ao longo do tempo. Em contraste, no caso dos homens com origem no mesmo tipo de família (pai e mãe com ocupação), o status ocupacional médio aumenta cerca de 0,44 ponto para os negros e 0,47 ponto para os brancos para 1 ponto de aumento no status conjunto do pai e da mãe. Além disso, para homens brancos com esse tipo de origem (pai e mãe ocupados) diminuiu a persistência intergeracional entre as coortes de idade, o que levou ao desaparecimento da desigualdade racial nessa persistência — como indicado nos dois gráficos na parte superior da Figura 3. Entre os homens que cresceram em famílias com apenas o pai ocupado, a desigualdade racial na persistência intergeracional permanece a mesma, independentemente da coorte de nascimento. E para os homens que cresceram em famílias com só a mãe em ocupação não observamos desigualdade racial.

Por fim, observamos uma diminuição da desigualdade racial na persistência intergeracional entre as mulheres com origem em famílias nas quais apenas a mãe tinha ocupação. Para as mulheres com origem em outros tipos de família, não há diferença racial na persistência intergeracional ao longo das coortes de nascimento. De fato, quando não levamos em conta a ocupação das mães e os diferentes tipos de família, não somos capazes de observar as nuances descritas

antes sobre as tendências históricas da persistência intergeracional e da desigualdade racial nessa persistência. Ou seja, não percebemos que as mudanças ocorrem somente aos homens que cresciam em famílias nas quais pai e mãe estavam no mercado de trabalho, e a mulheres que cresceram em famílias contando apenas com o status ocupacional da mãe.

CONCLUSÃO

Os trabalhadores brasileiros encontram oportunidades significativamente diferentes no mercado de trabalho, conforme o status socioeconômico da família de origem. Os dados sobre mobilidade intergeracional apresentados neste trabalho revelam que o status ocupacional do pai e da mãe na família de origem está fortemente associado ao status ocupacional alcançado por filhos e filhas adultas. Essa associação varia de acordo com a raça (brancos e negros), o gênero (filhas e filhos adultos) e principalmente com o tipo de família de origem no que diz respeito à ocupação de pai e mãe (pai e mãe, pai ou mãe com ocupação).

A persistência intergeracional é mais forte para mulheres (filhas adultas) do que para os homens (filhos adultos). Mas a mobilidade de homens e mulheres deve ser interpretada com cautela, visto que a participação das mulheres no mercado de trabalho varia muito segundo a idade e que no mercado de trabalho há segregação de gênero — as mulheres tendem a ter status ocupacional mais baixo.

Análises levando em conta diferenças na atividade ocupacional de pais e mães na família de origem indicam que a associação entre origem e destino ocupacional é distinta entre brancos e negros que cresceram em famílias nas quais só a mãe tinha ocupação ou em famílias nas quais pai e mãe tinham ocupação. Neste segundo caso, brancos têm vantagens em relação a negros, na medida em que a origem ocupacional está mais fortemente associada a seu destino ocupacional. Em particular, observamos que para os homens que cresceram em famílias cujos pai e mãe tinham ocupação houve uma diminuição da desigualdade racial na persistência intergeracional — até o ponto em que essa desigualdade racial desaparece. Para mulheres que cresceram em famílias com apenas a mãe com status ocupacional também observamos diminuição, mas não a eliminação da desigualdade racial. Para homens que cresceram em famílias nas quais apenas o pai tinha ocupação, a desigualdade racial na persistência intergeracional permaneceu inalterada. Em contraste, não há desigualdade racial na persistência intergeracional para homens que cresceram em famílias nas quais só a mãe tinha ocupação e para mulheres que cresceram em famílias nas quais o pai tinham ocupação (com ou sem a mãe ocupada).

Em suma, só é possível entender as tendências da desigualdade racial na persistência intergeracional quando consideramos o tipo de família de origem.

Esses resultados revelam continuidades e mudanças importantes nas tendências da mobilidade intergeracional de homens e mulheres brancos e negros no Brasil. Além disso, revelam que é fundamental levarmos em conta a atividade ocupacional das mães, e não apenas dos pais, para entendermos melhor a persistência ocupacional intergeracional no Brasil.

De fato, somente quando consideramos a participação das mães no mercado de trabalho que conseguimos observar tendências de mudança na desigualdade racial na mobilidade intergeracional. Este artigo, no entanto, tem apenas um caráter descritivo, uma vez que os modelos estimados descrevem tendências e padrões, mas não explicam todo o processo de mobilidade intergeracional. Não analisei, por exemplo, o papel mediador da educação alcançada pelos filhos na associação entre o Isei de origem e o de destino. Há muito mais trabalho a ser realizado para entender melhor as tendências da desigualdade racial e da persistência intergeracional no Brasil. De qualquer forma, as análises revelam claramente que há uma diminuição da desigualdade racial na persistência intergeracional entre homens e mulheres mais jovens no Brasil contemporâneo.

Recebido para publicação
em 24 de abril de 2020.

Aprovado para publicação
em 12 de junho de 2020.

NOVOS ESTUDOS

CEBRAP

117, mai.–ago. 2020
pp. 257-279

CARLOS ANTONIO COSTA RIBEIRO [<https://orcid.org/0000-0002-9031-4665>] é professor de sociologia do Iesp-Uerj, e Ph.D. pela Columbia University. Desenvolve pesquisas sobre os determinantes da desigualdade de oportunidades econômicas ao longo dos ciclos de vida e entre gerações. Seu livro mais recente é *A dimensão social das desigualdades* (2019).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiar, N. "Patriarcado, sociedade e patrimonialismo". *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 15, n. 2, jun.-dez. 2000, pp. 303-30. DOI 10.1590/S0102-69922000000200006.
- Beller, E. "Bringing Intergenerational Social Mobility Research into the Twenty-First Century: Why Mothers Matter". *American Sociological Review*, v. 74, n. 4, 2009, pp. 507-28.
- Berquó, E. "Arranjos familiares no Brasil: uma visão demográfica". In: Schwarcz, Lilia M. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. v. 4. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 411-37.
- Bethell, Leslie (org.). *The Cambridge History of Latin America: Brazil since 1930*. v. 9. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.
- Blanden, Jo. "Cross-Country Rankings in Intergenerational Mobility: A Comparison of Approaches from Economics and Sociology". *Journal of Economic Surveys*, 23/06/2011.

- Blau, P.; Duncan, O. D. *The American Occupational Structure*. Nova York: John Wiley & Sons, 1967.
- Bloome, D. "Income Inequality and Intergenerational Income Mobility in the United States". *Social Forces*, v. 93, 2014, pp. 1.047-80.
- Blossfeld, H.-P.; Buchholz, S. "Increasing Resource Inequality among Families in Modern Societies: The Mechanisms of Growing Educational Homogamy, Changes in the Division of Work in the Family and the Decline of the Male Breadwinner Model". *Journal of Comparative Family Studies*, v. 40, n. 4, 2009, pp. 603-16.
- Breen, R.; Jonsson, J. O. "Inequality of Opportunity in Comparative Perspective: Recent Research on Educational Attainment and Social Mobility". *Annual Review of Sociology*, v. 31, 2005, pp. 223-43.
- Chetty, R.; Friedman, J.; Gornick, J.; Johnson, B.; Kennickell, A. (orgs.). *Measuring and Understanding the Distribution and Intra/Inter-Generational Mobility of Income and Wealth*. Chicago: University of Chicago Press, 2020. Disponível em: <<https://www.nber.org/books/chet-1>>. Acesso em: 08/08/2020.
- Covre-Sussai, M.; Meuleman, B.; Botterman, S.; Matthijs, K. "Traditional and Modern Cohabitation in Latin America: A Comparative Typology". *Demographic Research*, v. 32, maio 2015, pp. 873-914. DOI 10.4054/DemRes.2015.32.32.
- Duncan, Otis Dudley. "Methodological Issues in the Analysis of Social Mobility". In: Smelser, N.; Lipset, S. M. (orgs.). *In Social Structure and Mobility in Economic Development*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1966, pp. 51-97.
- _____. "A Socioeconomic Index for All Occupations". In: Reiss Jr., A. J. (org.). *Occupations and Social Status*. Nova York: The Free Press, 1961, pp. 109-38.
- Dunn, C. "The Intergenerational Transmission of Earnings: Evidence from Brazil". *The B. E. Journal of Economic Analysis & Policy*, v. 7, n. 2, 2001. DOI 10.2202/1935-1682.1782.
- England, Paula. "The Gender Revolution: Uneven and Stalled". *Gender & Society*, v. 24, n. 2, 2010, pp. 149-66. DOI 10.2307/27809263.
- Erickson, R.; Goldthorpe, J. H. *The Constant Flux: A Study of Class Mobility in Industrial Societies*. Oxford: Clarendon Press, 1993.
- _____. "Intergenerational Inequality: A Sociological Perspective". *Journal of Economic Perspective*, v. 16, 2002, pp. 31-44.
- Ferreira, S.; Veloso, F. "Intergenerational Mobility of Wages in Brazil". *Brazilian Review of Econometrics*, v. 26, n. 2, 2006, pp. 181-211.
- Ganzeboom, Harry B. G.; De Graaf, P. M.; Treiman, D. J. "A Standard International Socio-Economic Index of Occupational Status." *Social Science Research*, v. 21, 1992, pp. 1-56.
- Grusky, D.; Charles, M. *Occupational Guettos: The Worldwide Segregation of Women and Men*. Palo Alto: Stanford University Press, 2004.
- Haller, A. O. "Ascription and Status Transmission in Brazil". In: Scoville, J. (org.). *Status Influence in Third World Labor Markets: Caste, Gender and Custom*. Berlim: De Gruyter, 1991, pp. 63-93.
- Hasenbalg, Carlos. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____; Silva, Nelson do Valle. *Estrutura social, mobilidade e raça*. Rio de Janeiro: Iuperj/Vértice, 1988.
- _____; _____. "Race, Schooling and Social Mobility in Brazil". *Ciência e Cultura: Journal of the Brazilian Association for the Advancement of Science*, v. 51, 1999, pp. 457-63.

- ; —; Lima, Marcia. *Cor e estratificação social*. Rio de Janeiro: Contra Capa Editora, 1999.
- Hauser, R. M.; Warren, J. R. “Socioeconomic Indexes for Occupations: A Review, Update, and Critique”. *Sociological Methodology*, v. 27, n. 1, 1997, pp. 177-298.
- Henriques, Ricardo. “Desigualdade racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”. *Texto para Discussão Ipea*, n. 807, jul. 2001. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4061>. Acesso em: 08/08/2020.
- Hout, M. “Americans’ Occupational Status Reflects the Status of Both of Their Parents”. *Proceedings of the National Academy of Science of the United States of America*, v. 115, n. 38, 2018.
- . *Mobility Tables*. Beverly Hills: Sage, 1983.
- ; DiPetri, T. “What We Have Learned: RC28’s Contributions to Knowledge about Social Stratification”. *Research in Social Stratification and Mobility*, 2006, v. 24, pp. 1-20.
- Ishida, H. “Social Stratification and Mobility in Late-Industrializing Countries”. *The 2005 SSM Research Series*, v. 14. Sendai (Japão): The 2005 SSM Research Committee, 2008.
- Itaborai, Nathalie R. *Mudanças nas famílias brasileiras (1976-2012): uma perspectiva de classe e gênero*. Rio de Janeiro: Garamond, 2017.
- Jantti, M.; Jenkins, S. “Income Mobility”. *SOEPaper*, n. 607, nov. 2013. DOI 10.2139/ssrn.2361037.
- Jonsson, J. O.; Grusky, D. B.; Di Carlo, M.; Pollack, R.; Brinton, M. C. “Microclass Mobility: Social Reproduction in Four Countries”. *American Journal of Sociology*, v. 114, n. 4, jan. 2009, pp. 977-1036.
- Kalmijn, M. “Mother’s Occupational Status and Children’s Schooling”. *American Sociological Review*, v. 59, n. 2, 1994, pp. 257-75.
- Korupp, S.; Ganzeboom, H. B. G.; Van der Lippe, T. “Do Mothers Matter? A Comparison of Models of the Influence of Mothers’ and Fathers’ Educational and Occupational Status on Children’s Educational Attainment”. *Quality and Quantity*, v. 36, n. 1, 2002, pp. 17-42.
- Laplante, B.; Vieira, J. M.; Barnabé, G. C. F. R. R. “Consensual Union and Marriage in Brazil, 1970-2010. Gender Equality, Legal Issues and Social Context”. In: Schoen, R. (org.). *Analytical Family Demography*. Nova York: Springer, 2019, pp. 57-98.
- Leão, N.; Silveira, L. “O impacto da segregação ocupacional por gênero e raça na desigualdade de renda no Brasil em três décadas (1986-2015)”. *Revista Latinoamericana de Población*, v. 14, n. 27, 2020, pp. 41-76.
- Lovell, Peggy; Wood, Charles H. “Skin Color, Racial Identity and Life Chances in Brazil”. *Latin American Perspectives*, v. 25, 1998, pp. 90-109.
- Marteletto, L.; Marschner, M.; Carvalhaes, F. “Educational Stratification after a Decade of Reforms on Higher Education Access in Brazil”. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 46, n. B, 2016, pp. 99-111.
- Neves, Jorge Alexandre; Fernandes, Danielle; Helal, Diogo. “Region, Industry, and Intergenerational Status Transmission in Urban Brazil”. *Population Review*, v. 46, 2007, pp. 12-28.
- Osório, Rafael Guerreiro. *A desigualdade racial de renda no Brasil: 1976-2006*. Tese (doutorado em sociologia). Brasília, Universidade de Brasília, 2009.
- Pero, V.; Szerman, D. “Mobilidade intergeracional de renda no Brasil”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 38, n. 1, abr. 2008.

- Prates, I. *O sistema de profissões no Brasil: formação, expansão e fragmentação. Um estudo de estratificação social*. Tese (doutorado em sociologia). São Paulo, Universidade de São Paulo, 2018.
- Ragin, C.; Fiss, P. *Intersectional Inequality: Race, Class, Test Scores, and Poverty*. Chicago: University of Chicago Press, 2017.
- Ribeiro, Carlos Antonio Costa. *Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil*. Bauru: Edusc, 2007.
- . “Quatro décadas de mobilidade social no Brasil”. *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 55, n. 3, 2012. DOI 10.1590/S0011-52582012000300003.
- . “Raça, classe e mobilidade social no Brasil” *Dados: Revista de Ciências Sociais*, v. 49, n. 4, 2006, pp. 833-73. DOI 10.1590/S0011-52582006000400006.
- ; Carvalhaes, F. “Estratificação e mobilidade social no Brasil: uma revisão da literatura na sociologia de 2000 a 2010”. *BIB*, São Paulo, v. 92, 2020, pp. 1-46.
- . “Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional”. *Mercado de trabalho: análise e conjuntura*. Ipea, ano 23, abr. 2017, pp. 49-66. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/170505_bmt_62_05_nota_tecnica_tendencias.pdf
- Rios-Neto, E.; Wajman, S. “Participação feminina no mercado de trabalho no Brasil: elementos para projeção de níveis e tendências”. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Ipea, v. 24, n. 2, ago. 1994, pp. 203-34. Disponível em: <https://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/805/744>. Acesso em: 06/08/2020.
- Silva, N. V. “Mobilidade Social”. In: Miceli, S. (org.). *O que lerna ciência social brasileira (1970-1995)*. v. 2: Sociologia. São Paulo: Sumaré/Anpocs, 1999, pp. 57-94.
- Soares, S. “O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras”. *Texto para Discussão*, n. 769, Ipea, nov. 2000. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2295/1/TD_769.pdf. Acesso em: 08/08/2020.
- Solis, P.; Boado, M. (orgs.). *Y sin embargo se mueve... Estratificación y movilidad intergeneracional de clase en América Latina*. Cidade do México: El Colegio de México, 2016.
- Sorj, B.; Fontes, A.; Machado, D. “Políticas e práticas de conciliação entre família e trabalho no Brasil”. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 132, 2007, pp. 537-94.
- Sorokin, P. *Social Mobility*. Nova York: Harper, 1927.
- Telles, E. *Race in Another America: The Significance of Skin Color in Brazil*. Princeton: Princeton University Press, 2004.
- (org.). *Pigmentocracies: Ethnicity, Race, and Color in Latin America*. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2014.
- Torche, F. “Analyses of Intergenerational Mobility: An Interdisciplinary, Review”. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 657, n. 1, 2015(a), pp. 37-62.
- . “Intergenerational Mobility and Gender in Mexico”. *Social Forces*, v. 94, n. 2, dez. 2015(b), pp. 1-25. DOI 10.1093/sf/sovo82.
- . “Intergenerational Mobility and Inequality: the Latin America Case”. *Annual Review of Sociology*, v. 40, maio 2014. DOI 10.1146/annurev-soc-071811-145521.
- ; Ribeiro, Carlos Costa. “Pathways of Change in Social Mobility: Industrialization, Education and Growing Fluidity in Brazil”. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 28, n. 3, set. 2010, pp. 291-307. DOI 10.1016/J.RSSM.2010.03.005.
- Treiman, D. J. *Occupational Prestige in Comparative Perspective*. Nova York: Academic Press, 1977.

—; Terrel, K. “Sex and the Process of Status Attainment: A Comparison of Working Women and Men”. *American Sociological Review*, v. 40, n. 2, 1975, pp. 174-200.

Xavier, Flávia P.; Neves, Jorge Alexandre B. “Estrutura social e transmissão intergeracional de status: uma análise hierárquica”. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 29, n. 2, 2012, pp. 259-75. DOI 10.1590/S0102-30982012000200004.

